

**37º Encontro Anual da ANPOCS;  
Águas de Lindóia, setembro de 2013**

SEMINÁRIO TEMÁTICO 13  
**Metamorfoses do Rural Contemporâneo**

TÍTULO DO TRABALHO  
**A “resistência sitiante”:  
entre as estratégias de reprodução, os discursos e os sentimentos<sup>1</sup>.**

Autoras:

Beatriz Medeiros de Melo – Pós-doutoranda, PPGS, UFSCar, SP

Maria Aparecida de Moraes Silva – Professora visitante – PPGS, SP

---

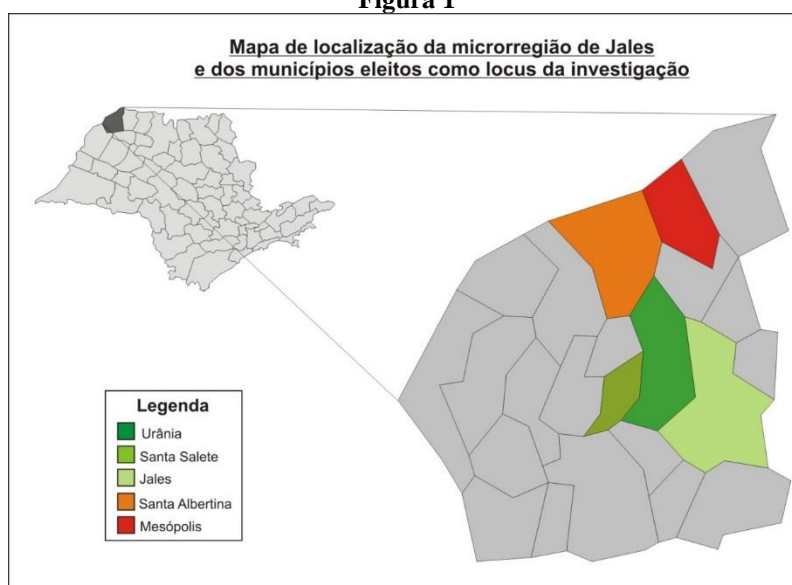
<sup>1</sup> Este artigo é parte dos resultados de pesquisa de doutoramento intitulada “História e memória na contramão da expansão canavieira: um estudo das formas de resistência dos sitiante do extremo noroeste paulista”, concluída em dezembro de 2012 no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar, com financiamento da FAPESP, de autoria da primeira autora e orientada pela segunda autora. A tese foi premiada pela edição de 2013 do Prêmio de Melhor Tese de Doutorado em Sociologia Rural da SOBER. O artigo anuncia, ademais, desdobramentos analíticos que serão melhor desenvolvidos na pesquisa de pós-doutoramento levada a cabo através da parceria das duas autoras, e com apoio das mesmas instituições.

## Introdução.

O universo empírico, os sujeitos e a metodologia

Imbuídos de uma perspectiva analítica centrada na perspectiva dos *processos*, que só podem ser explicados a partir do transcorrer histórico (ELIAS, 1994a, 1994b; THOMPSON, 1978; WEBER, 2002) nos *sujeitos* que vivenciam tais processos por meio da *experiência* e da *estrutura de sentimentos* (WILLIAMS, 2009), buscamos analisar, na pesquisa de doutoramento mencionada, a resistência dos sítiantes do extremo noroeste paulista às investidas mais recentes de expansão da monocultura da cana-de-açúcar para indústria. Realizamos tal intento por meio de um estudo comparativo de famílias de sítiantes localizadas em diferentes porções do território da microrregião de Jales: aquele onde predomina a pequena agricultura familiar e diversificada (os municípios em tom de verde no mapa abaixo) e aquele onde se expande com mais vigor a monocultura da cana-de-açúcar (os municípios em tom de vermelho na figura abaixo). Observamos as expressões da resistência nos mais diferentes domínios da existência (economia, cultura, política), e também tomamos em conta as relações endógenas e exógenas estabelecidas que contribuem com tal processo (no caminho, por exemplo, do método utilizado por autores como MENDRAS, 1978).

**Figura 1**



**Fonte: Base Cartográfica do IBGE**

O instrumento metodológico privilegiado foi a metodologia da História Oral (THOMPSON, 1992; BOSI, 1987) e a realização de entrevistas, material que foi enriquecido pelo tratamento de dados secundários do IBGE, pela análise de processos de transmissão de compra e venda de algumas pequenas propriedades, da genealogia de uma das famílias *sitiantes*, e pelo tratamento de fotografias produzidas e recolhidas.

Os dados secundários do IBGE apontaram para a importância da pequena atividade agrícola da região: embora a MRG de Jales apresente a 24ª maior extensão territorial total do Estado (com 392.890 hectares) é a 7ª MRG com maior extensão relativa da área territorial rural (86% da área total). É a segunda microrregião com maior extensão territorial ocupada com propriedades entre 0 a menos de 20 ha (45.875 há), tendo a sua frente apenas a MRG de Presidente Prudente, e atrás de si a MRG de São José do Rio Preto. O volume de população rural e de população empregada no setor primário é significativo em relação ao quadro observado no Estado de São Paulo e também ao Brasil. E a produção agropecuária é expressiva, sendo uma das mais importantes regiões do Estado produtora de algumas frutas “de mesa”, destinadas ao mercado interno, e figurando como importante bacia leiteira. E embora houvesse usinas sucroalcooleiras instaladas na grande região Oeste desde a década de 80 (como no Pontal do Paranapanema e Mesorregião de Araçatuba), muito recentemente uma delas foi instalada nesse rincão do extremo noroeste: a Usina Colombo foi inaugurada no município de Santa Albertina no ano de 2009 e, ao final dos trabalhos de campo, no ano de 2011, estávamos acompanhando a renovação dos contratos para o segundo ciclo de produção do cultivo.

Trataremos os sujeitos dessa investigação na maioria das vezes por *sitiantes*, tanto porque é desse modo que eles se autodenominam, como porque é este um termo consagrado pelos Estudos Rurais que tratam do campesinato paulista<sup>2</sup>. *Sitiantes*, para a maioria destes autores são tanto aqueles que detém a *posse* da terra como os que possuem tão somente seu domínio, ou são os responsáveis pela produção, como o caso de parceiros e moradores. E utilizam sobretudo da mão de obra familiar nos trabalhos agrícolas<sup>3</sup>. Entretanto, sempre que estivermos no caminho da construção de *generalizações*, quando relacionamos este grupo a outros grupos de camponeses com os quais compartilham de “posições” semelhantes na sociedade brasileira, os chamaremos por *camponeses*.

---

<sup>2</sup> MULLER, 1951; CANDIDO, 1971, QUEIROZ, 1973, MARTINS, 1973, entre outros.

<sup>3</sup> Discussão mais extensa sobre a questão das “denominações” do grupo aqui estudado foi apresentado no artigo MORAES SILVA; MELO; MORAES, 2012.

E tomamos, como características históricas essenciais para a definição deste grupo: a posição de sujeição em relação à sociedade mais ampla na qual está inserido; a posse dos meios de produção; a utilização de mão de obra familiar (sobretudo, mas não exclusivamente); a busca por autonomia (que supõe a ideia de evitar riscos); a defesa de uma “ética da subsistência”<sup>4</sup>. Trata-se de um sujeito que vive na permanente contradição entre a sujeição e a busca por autonomia, entre a produção para a subsistência e a necessidade de inserção no mercado. E, então, para que possamos compreender sua existência de uma forma mais ampla precisamos, necessariamente, analisar tanto sua organização interna quanto as relações que constitui com o mundo exterior (o mercado, a cidade)<sup>5</sup>.

O campesinato é uma abstração que se aproxima da ideia de *classe social*, embora essa última seja também outra abstração de contornos sempre difíceis e, conseqüentemente, não é um termo suficiente para identificar grupos particulares. Mais uma vez, então, se justifica nossa referência aos sujeitos dessa investigação pelo termo *sitiante*, que, todavia, trata-se de grupo também heterogêneo. Assim, compartilhamos da necessidade já apontada por diversos outros autores de desvendar as formas como tal heterogeneidade se expressa e os sentidos que revelam<sup>6</sup>. Por isso, neste trabalho, buscamos demarcar a diversidade no interior do grupo, no que se refere à situação de moradia, à escala de produção, às estratégias produtivas, à utilização de mão de obra, às relações estabelecidas com o mercado e às diferentes características étnicas e culturais.

Por fim, resta-nos observar, ao tratarmos deste grupo específico constituído pelos imigrantes que substituíram a mão de obra escrava e mais tarde retornaram à condição de camponeses, que diferente daqueles camponeses situados em regiões, por exemplo, de fronteira agrícola, estes que analisamos se colocaram enquanto camponeses, no território nacional, já intensamente inseridos em relações capitalistas, embora, ao contrário da afirmação de alguns autores (como MARTINS, 1981), este apontamento não os defina por completo, já que muitos deles são herdeiros de um campesinato que, embora não conheçamos em profundidade, pode também ter origem numa organização social baseada na “economia de subsistência”, em grupos pouco inseridos no mercado. Ademais, trata-se

---

<sup>4</sup> Dentre os principais estudos consultados estão: WOLF, 1976; QUEIROZ, 1973; PLOEG, 2008; MENDRAS, 1978; WOORTMANN, 2001; WANDERLEY, 1996; SCOTT, 1976.

<sup>5</sup> Desse modo compartilhamos, sobretudo, com a posição exposta por SHANIN (2005).

<sup>6</sup> Como já apontaram SHANIN (2005), PONTES (2005), NEVES (1985), PLOEG (2008) entre tantos outros.

de um grupo que possui bastante interiorizada uma “ideologia do trabalho”, inculcada por sua trajetória particular: apenas por meio dos resultados de seu trabalho como colonos nas fazendas de café poderiam alcançar o projeto que lhes trouxera ao país, o de retornar à condição camponesa (MARTINS, 1981).

## **1. SOBRE A RESISTÊNCIA SITIANTE**

### **1.1. O que chamamos por “resistência”.**

Ao anunciar que nos propomos investigar processos de resistência, dizemos também que analisamos contextos de *mudança social*, temática cuja reflexão é atribuição por excelência do campo da Sociologia. Citar nomes aqui, então, seria tarefa infundável. Nas diversas subáreas dessa disciplina teóricos se colocam a compreender as diferentes reações aos processos de mudança, sua direção e suas consequências. A resistência é apenas uma delas. Outras são a ruptura (ou descontinuidades), a continuidade e até mesmo a “invenção de tradições” (fenômeno que combina continuidade e descontinuidade, conforme demonstrado por Eric Hobsbawm e Eric Ranger, 2012). Tomamos a resistência dos sítiantes à expansão da cana-de-açúcar como um dado, um fenômeno colocado, e enquanto tal será demonstrado, num primeiro momento, por meio da organização dos dados secundários do IBGE (como a quantidade de cana plantada, os números de população rural, população empregada no setor primário, entre outros), fonte bastante crível por sua sistematicidade, ademais de diversos limites – como as alterações que sofreu ao longo dos anos na forma de coleta do material, na mudança de unidades de medidas de alguns fenômenos, as alterações na agregação de municípios em regiões, entre outras.

Compreendemos a *persistência* da pequena agricultura familiar diversificada na região como uma forma de *resistência*, num sentido muito próximo daquele tratado por Scott (2002) em seus estudos sobre a resistência cotidiana, ou no sentido das *estratégias defensivas* de Wolf (1976). São ações que se desdobram cotidianamente no sentido de construir arranjos menos desfavoráveis à reprodução da vida e se manifestam em diferentes domínios da vida (como a cultura, a economia, a política, as relações sociais), de diferentes formas, mais ou menos organizadas, de maneira completamente endógena (com a participação de um único grupo ou classe) ou com a participação de membros externos (como membros de instituições públicas ou privadas, religiosas ou seculares). São

baseadas, tantas vezes, numa economia moral que remete a normas e obrigações sociais, pressupostos morais que anunciam os papéis de uns e outros (THOMPSON, 1998, p. 152; SCOTT, 1976).

Muitos autores relegam este tipo de *resistência* a um papel secundário, subestimam seu potencial. Denominam tais resistências, tantas vezes de *resistência passiva* por suporem não alcançar a transformação da natureza das relações e fenômenos que nega. O *campesinato* é alvo privilegiado de tantos destes autores, sujeito considerado passivo e conservador quase “por natureza”, um obstáculo à mudança (PLOEG, 2008, P. 33-34) um “contribuir mais ou menos anônimo” (SCOTT, 2002, p. 11) associado, por perspectivas de um estruturalismo estreito, à classe da burguesia rural, reduzido à características derivadas do “modo de produção capitalista” e suas insurreições tantas vezes julgadas como ações pré-políticas (MARTINS, 1981, p. 27-28).

Entretanto, uma diversidade de estudos tem dado conta de demonstrar que tais *resistências cotidianas*, estas que se desdobram nos “largos períodos de relativa calma”, tantas vezes escondem a chave para a compreensão dos sentidos das mobilizações políticas. Korovkin (2002) e diversos outros autores oferecem ricos exemplos de como tais estratégias cotidianas de resistência, quando não levam alguns projetos de expansão capitalista à derrocada, lhes dá forma, desviando-os de seus objetivos iniciais, forçando-os a acomodar-se ao contexto, impondo-lhe limites. Thompson (1998, p. 186), de outro modo, percebeu em suas investigações que os camponeses eram tantas vezes menos passivos e menos inertes que os trabalhadores das fazendas por estarem menos enredados nas teias da sujeição direta. Ploeg (2008, p. 7) percebe o modo de vida camponês como uma crítica materializada. Sua existência, por si mesma, nega valores que são próprios da lógica capitalista. Estes e outros autores (como MENEZES, 2002; MENEZES; MALAGODI, 2011; WANDERLEY, 2009, entre outros), caminhando na contramão do fatalismo que anuncia “a morte do campesinato”, fadado a proletarizar-se ou a converter-se em capitalista, buscam os traços de continuidade deste grupo, que se mantém ademais da necessária integração ao mercado, e destacam o papel ativo destes sujeitos na construção de suas estratégias de reprodução.

Entretanto, tomar essa resistência que se desdobra no cotidiano como um fato sociológico relevante e revelador não é o mesmo que romantizar as possibilidades de transformação. Como já advertimos, partimos da resistência como um fato, um fenômeno que solicitava explicação. E para realizá-la é necessário desvendar as causas dessa

resistência, descobrir *a que* estão resistindo estes camponeses. Exige a compreensão dos fenômenos que os atingem no sentido de fragilizar sua reprodução. Desse modo, durante todo o texto ilustramos as expressões da sujeição a que este grupo está submetido cotidianamente (em relação ao mercado e ao capital, à cidade, à expansão do agronegócio). Tal sujeição se expressa, por exemplo, no modo como o capital se apropria de relações não capitalistas de produção para seu processo de reprodução ampliada, sujeitando a renda da terra ao capital, apropriando-se, no momento da circulação, dos excedentes gerados pelo trabalho da família camponesa (MARTINS, 1981; SHANIN, 2005) e reduzindo, assim, seus rendimentos. Desse modo, nos afastamos de perspectivas analíticas como aquelas que romantizando as possibilidades contidas nos projetos de “desenvolvimento rural” e negando os conflitos de classe, superestimam as possibilidades de transformação social via integração a partir do Estado. Não negamos a possibilidade de que as ambiguidades do campo da política (bem ou mal intencionada) produzam situações, quem sabe, relativamente favoráveis às classes mais desfavorecidas, como o proletariado e o campesinato. Entre os sitiantes do noroeste paulista há, inclusive, ilustrações a respeito. Entretanto, não acreditamos na possibilidade de uma transformação mais radical da lógica societal por esta via. Nosso interesse pelas expressões de resistência cotidiana, pelas reações dos sujeitos, expressa, justamente, a compreensão de que somente a transformação das consciências, dos sentimentos, e, portanto, dos sujeitos, pode engendrar mudanças efetivamente duradouras e coerentes.

Desse modo, evidentemente, está posto que a escolha do objeto, a *resistência*, fala também de um de interesse bastante pessoal, de uma escolha, de uma posição diante do fenômeno estudado. Neutralidade axiológica é, de fato, posição que não percebemos como possibilidade prática, embora tenhamos nos esforçado, durante toda essa investigação, para avaliar com bastante cautela e, quando possível, distanciamento, o objeto sob o qual decidimos nos debruçar.

## **1.2. Práticas, sentimentos e discursos como estratégias de resistência**

Nas análises produzidas para a tese de doutorado, cujos desdobramentos dão origem ao projeto de pós-doutorado, mobilizamos uma bibliografia que se remete, sobretudo ao conteúdo moral da atividade econômica característica do campesinato. Como o estudo de SCOTT (1976 e 2002) sobre a economia moral camponesa e a centralidade da

ética de subsistência; os debates sobre a economia moral de Eduardo Paul Thompson (1998 e 1987), realizado por meio da análise das rebeliões e revoltas camponesas do final do século XVIII na Inglaterra; também o estudo de Karl Polanyi (2000) sobre a reação de camponeses, na Inglaterra do século XVIII, ao processo de cercamento das terras, até então de uso comum, por mercadores; e ainda o estudo de Karl Marx (2007) sobre a violação do sentido de *uso comum* de madeiras no século XVIII, que passavam a ser tratadas, quando se acirra o processo de privatização da posse da terra, enquanto *furto*. Também com certa literatura clássica sobre Sociedades Camponesas que faz referência ao conteúdo moral das estratégias de reprodução do grupo, aos valores simbólicos de que se revestem a propriedade (ou a terra) e à peculiaridade cultural deste grupo, constituído por valores comuns compartilhados<sup>7</sup>. Essa discussão dialoga, ainda, com estudos consagrados no campo da Antropologia, da História Social e da Economia que buscaram negar a universalidade da racionalidade utilitária e instrumental na interpretação das motivações econômicas das diferentes sociedades e sujeitos, desvelando seu pano de fundo moral<sup>8</sup>.

O desafio teórico que enfrentaremos será, então, o de revisar essa literatura já largamente reconhecida no campo dos Estudos Rurais, que explicam os conteúdos significativos e o quadro de valores (ético e morais) sobre os quais repousam as estratégias de reprodução de grupos camponeses (as práticas), mas sobretudo pensar o papel da *moralidade* em outros processos que contribuem para a estruturação da resistência camponesa: os *sentimentos* e os *discursos críticos* (reflexividade). Para tanto, estabeleceremos um diálogo tanto com autores que têm se tornado referência para o estudo das emoções como outros que adentram o universo de uma sociologia política da moral.

---

<sup>7</sup> Eric Wolf (1976) sugeriu, que, diferente das análises que percebem a terra apenas como um fator de produção (CHAYANOV, 1974) ela possui também um valor simbólico, um sentido de patrimônio material e imaterial, e é indissociável do princípio da descendência e da indivisibilidade do processo de sucessão (MENDRAS, 1978), portanto de compromissos morais estabelecidos no processo sucessório. No mesmo caminho, estudos recentes destacam a moralidade e os princípios étnicos que são próprios do campesinato - como é observado na noção de *campesinidade* de Klaus Woortmann (1990), que define o campesinato como uma ordem moral - e apontam para a particularidade cultural e para os traços de continuidade desse grupo, explicável apenas em referência ao passado e à transmissão de valores morais através das gerações, como os estudos de Ellen Woortmann sobre as obrigações morais do sistema de transmissão da posse da terra (1995), de Maria Baudel Wanderley (2009 e 1996) que culminam com a definição do espaço rural como um espaço de vida, carregado de valores morais e éticos transmitidos através das gerações, de Antônio Candido (1971) e Maria Isaura de Queiroz (1973a e 1973b), que, no estudo da organização e reorganização dos bairros rurais quando da expansão do capitalismo no campo brasileiro (metade do século XX), destacam o *sentimento de localidade* e as relações de reciprocidade que unem grupos localizados de camponeses (que no caso de São Paulo, são chamados de caipiras ou sitiantes).

<sup>8</sup> Como a *economia da dívida*, de Marcel Mauss (1974), inspirado por sua vez nos estudos anteriores de Franz Boas (1975) e Malinowski (1976) sobre a economia de sociedades ditas primitivas ou arcaicas



A emoção é percebida por diversos autores como a manifestação de um conjunto de valores predominantes em um determinado espaço e tempo histórico (ou *figuração*, nos termos de Elias). Para Norbert Elias (1994c), há uma retroalimentação entre a estrutura da personalidade (*psicogênese*) e a estrutura social (*sociogênese*) e a mudança em uma dessas estruturas inevitavelmente afeta a outra. Sua investigação dos *processos sociais* percorreu diversos objetos de análise (o esporte, os costumes, a literatura e outras obras de arte) apontando a fertilidade dessa perspectiva analítica, que entrecruza história, teoria social e psicanálise, para a compreensão dos *sentidos* manifestos pelos sentimentos (como a vergonha, o medo, o nojo, estudados pelo autor)<sup>9</sup>. Percorrendo caminho semelhante, Raymond Williams (2009) busca, sobretudo por meio da análise sociológica de obras literárias, delinear uma *estrutura de sentimentos* subjacente à determinada sociedade e tempo histórico. Para o autor, estes *sentimentos* se referem aos “elementos especificamente afectivos de la consciéncia y de las relaciones, y no del sentimiento contra el pensamiento, sino del pensamiento tal como es sentido y el sentimiento tal como es pensado”. Entretanto, a busca dessa *estrutura de sentimentos* pode ser realizada na análise de outros objetos e relações sociais, como na cultura e nas práticas<sup>10</sup>.

Percorrendo também as pistas de uma sociologia construída na interseção entre a sociologia e psicologia, mas tomando-as de uma perspectiva destacadamente crítica, é que Luc Boltanski pensa os *sentimentos*. Refletindo sobre as situações de mudança social, quando o desajuste entre o estado de coisas e as representações simbólicas se erige, o autor percebe os sentimentos e as emoções como uma *prova existencial* de tal desajuste (BOLTANSKI, 2009 apud CORREA, 2010<sup>11</sup>). Os sofrimentos, por exemplo, (tal como aqueles vividos por diversos sitiantes) são tomados como provas de uma *contradição hermenêutica* (ao nível dos sentidos). Tais provas existenciais podem ser

---

<sup>9</sup> Retomaremos, para as reflexões deste projeto de investigação, diversas obras em que o autor coloca em ação essa perspectiva analítica da sociogênese e da psicogênese: (1994a, 1994b, 1994c, 2001, 2005).

<sup>10</sup> Outros importantes autores tomados como pioneiros do campo da Sociologia e Antropologia das Emoções serão estudados, como SENNET (1972) e LYND (1961), e também autores que recentemente vem discutindo essa perspectiva no campo da Sociologia Rural, como KOURY (2012), ARÁOZ (2013), entre outros. Destacamos que essa é uma perspectiva de desenvolvimento bastante recente no campo da Sociologia Rural, e que nosso trabalho tem a intenção de contribuir para a reflexão dentro desse campo.

<sup>11</sup> Destacamos que, neste primeiro momento, além da leitura na íntegra da obra “O novo espírito do capitalismo”, de Luc Boltanski, a única obra do autor traduzida para o português, acessamos as outras obras do mesmo autor que serão aqui citadas (e que se encontram publicadas apenas na língua original, o francês) por meio de resenhas e estudos realizados por outros pesquisadores brasileiros. Esse primeiro contato foi suficiente para revelar o potencial explicativo de suas teorias. Será, então, durante o desenvolvimento desta investigação de pós-doutorado que a pesquisadora tomará contato direto com as demais obras do autor, diretamente nos originais em francês.

institucionalizadas por meio das *provas de realidade* (substrato das críticas reformistas) e das *provas de verdade* (instância de confirmação dotada de função semântica). Entretanto, segundo o autor, em função do aumento do ceticismo, da falta de crença no progresso e da perplexidade ideológica que é consequência do atual estado de desenvolvimento do capitalismo, tais sentimentos (como o *sentimento de insegurança*, que se desdobra dos fenômenos citados) não alcançam institucionalizar-se e resta, tantas vezes, o *sofrimento como espetáculo* (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). A perspectiva crítica de Boltanski acerca dos sentimentos trará assim, importante contribuição para a reflexão sobre os sentimentos dos sujeitos dessa investigação.

Mas o autor contribuirá ainda com a reflexão sobre duas outras perspectivas importantes nessa investigação. Por um lado, possibilitará um aprofundamento da reflexão sobre a *moralidade*. Sua “sociologia política da moral”, ou “sociologia da crítica”, afastando-se do risco ao aprisionamento dos sujeitos às estruturas (como aqueles inerentes ao instrumental teórico da “sociologia das práticas” de Bourdieu) concede maior importância à capacidade crítica dos sujeitos, esboçada nos *juízos morais* e nas *justificações* (BOLTANSKI, 1986 apud BLIC, 2000). Herdeiro também da “sociologia da moral” de Durkheim (2006 e 1979b) e da noção de *ação social* baseada em valores de Max Weber (2002) o autor percebe a moral e os valores compartilhados como importantes detonadores das relações sociais. Entretanto, essa moral não paira acima dos indivíduos, como um “fato social” (tal como o pensava DURKHEIM, 1979a), mas é construída e reconstruída por eles em suas relações. De outro modo, os valores expressos nas ações não encontram impulso apenas na razão (como pensava Weber, 2002), mas também na moral, e nas emoções. Boltanski e Chiapello (2009) analisam os novos sentimentos produzidos pelas transformações recentes do capitalismo, o modo como eles se institucionalizam em crítica e como contribuem para o próprio redirecionamento das transformações do capitalismo.

A preocupação central do autor é perceber como os *juízos morais*, que encontram expressão não apenas nas práticas, mas também nos sentimentos, são mobilizados pelos atores em seus processos de justificação - provas de realidade -, dando-lhes caráter de *questão pública*, e como se institucionalizam – tornando-se provas de verdade. Explica então, que para a transformação dos sentimentos em uma “política” é necessário que os sofrimentos sejam tratados à distância, com o ponto de vista do observador, da terceira pessoa, isento de uma perspectiva particularizada. Essa capacidade de reflexividade é

potencializada pelos processos de racionalização típicos da modernidade, questão que foi tratada por importantes autores como Max Weber, sobretudo em seu estudo sobre a ética protestante (2004), mas também em seus estudos sobre a burocracia (2002), e por Norbert Elias, que nas diversas investidas analíticas aqui já mencionadas, aponta para o processo civilizador como um processo de racionalização das práticas e das emoções. Mas, para Boltanski, para o tratamento dos sofrimentos como questões públicas é preciso mais que racionalização e reflexividade, mas também um trabalho de interiorização da figura do observador, que pode ser entendido também como *empatia*, ou uma capacidade de compreender as causas de uma terceira pessoa ou de um grupo estranho como causa sua (BOLTANSKI, 1993 apud DUARTE, 1996).

A perspectiva esboçada por essa “sociologia da crítica” para compreender os *discursos críticos* dos sítiantes do extremo noroeste com relação a atuação da Usina e suas consequências, será de grande valia para a perspectiva interpretativa deste projeto. Tal como Boltanski, procuramos “seguir os atores” e “levá-los a sério” (BOLTANSKI, 1993; BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991 apud DUARTE, 1996), observando e tomando em conta as operações críticas que são realizadas por eles no curso ordinário da vida, e captando a reclamação de *justiça* que sustenta tais operações. Por outro lado, procuraremos compreender os processos de justificação que culminam em uma defesa da pequena agricultura, e que, em diálogo com as preocupações mais recentes com a sustentabilidade ambiental, a tomam como um modelo positivo com respeito a um quadro de valores institucionalizados.

Uma série de estudos no campo da Sociologia Rural tem apontado para um processo de revalorização do rural que se espraia da Europa para depois alcançar os demais espaços do globo. Esse processo tem impulso, sobretudo, na crítica aos danos ambientais causados pelo desenvolvimento capitalista no campo (MOREIRA, 1999) e às “deseconomias urbanas”. Como produto de tais reflexões podemos apontar as discussões recentes sobre a *multifuncionalidade da agricultura* (CARNEIRO; RENATO, 2005) e o *desenvolvimento rural sustentável* (ALMEIDA, 1998). A força de institucionalização das justificações contidas nesses discursos tem levado alguns autores (nos rastros das reflexões de Boltanski sobre os “quadros” e os “regimes de justificação”) a supor que a generalização e institucionalização das reclamações de justiça contidas nestes discursos caminham no sentido de constituir a crítica à forma de manejo da natureza e dos recursos naturais em uma nova *cit * (traduzida por alguns como “cidadela” ou “cidade”, entendida por Boltanski

e Thévenot, 1991, como metafísicas morais mobilizadas pelos atores em situações de conflito), a *cité verte*, ou cidade verde (LAFAYETE; THÉVENOT, 1993)

A institucionalização das reclamações de justiça que remetem à proteção da pequena agricultura (multifuncionalidade, sustentabilidade, *cité verte*) e da natureza retroalimentam os discursos dos sitiantes do extremo noroeste paulista, que condenam as consequências ambientais e sociais da instalação da usina sucroalcooleira naquele território onde até então predomina a pequena agricultura familiar e diversificada. E se materializam em práticas políticas, como a instituição, no município de Jales, da lei que limita a expansão da cana-de-açúcar nos municípios, e também em alguns de apoio à produção e a comercialização mobilizados pelo Estado. Evidentemente, há contradições e limites inerentes a tais práticas, sobretudo tomando-se em conta o predomínio de uma política de desenvolvimento rural que segue comprometida com as grandes empresas multinacionais do agronegócio.

Suscintamente, então, o desafio teórico desta investigação é partir da análise das *práticas* (ou das estratégias de reprodução camponesa percebidas, num primeiro momento, por meio das práticas produtivas) para alcançar outras formas de manifestação da resistência e o conteúdo moral que as sustenta: os sentimentos, compreendidos como manifestação de um “espírito do tempo” e como *prova existencial* dos desajustes entre a realidade e as representações simbólicas; os discursos, que expressam e mobilizam as noções de justiça dos sitiantes e sustentam os processos de justificação e denúncia que, além de revelar a racionalidade camponesa, podem se institucionalizar e se transformar em política pública. Esperamos, deste modo, haver encontrado o fio condutor para a explicação das expressões de resistência registradas pelos trabalhos de campo da tese de doutorado e construir, assim, uma *arquitetura moral da resistência*. Nossa intenção é, sobretudo, contribuir para as discussões teóricas acerca da *resistência camponesa*, evidenciando, que, para além da moral que se expressa nas práticas econômicas (ou produtivas), deve-se atentar para os sentidos de justiça e de moralidade expressos por meio dos sentimentos e dos discursos.

## **2. AS DIFERENTES EXPRESSÕES DA RESISTÊNCIA DOS SITIANTE DE EXTREMO NOROESTE PAULISTA**

## 2.1. Das práticas: estratégias de reprodução como estratégias de resistência

Na investigação que realizamos sobre as questões que envolvem a dinâmica produtiva ergueram-se algumas relações e elementos que, por um lado, envolvem, depauperam e ameaçam a reprodução dos sítios do extremo noroeste paulista, e outros que evidenciam um processo de resistência mobilizado através das estratégias de reprodução<sup>12</sup>, e também certa transformação das mentalidades.

Vimos que a profunda dependência em relação ao mercado e sua dinâmica determina parcela importante daquilo que compõe “os modos de fazer” do sitiante do noroeste, e, ao determiná-los e envolvê-los, produz e reproduz formas de extração de parcela do lucro médio que se destinaria à reprodução da família sitiante se não fosse usurpado pelo Estado, o mercado e seus agentes. Embora estejam em processo (em algumas pequenas propriedades) experiências de transformação da matriz produtiva sob bases que representam menor sujeição ao mercado, a prática da “agricultura convencional” ainda predomina.

Entretanto, embora os sitiantes sejam intensamente dependentes da produção destinada ao mercado, seus “modos de fazer” são determinados e fortalecidos por outras relações e escolhas por meio das quais os sitiantes constituem estratégias de uma *resistência possível*, algumas mais eficazes que outras. A abstenção ao uso de financiamento público ou privado possibilita uma situação de relativa autonomia. A lógica que guia as escolhas produtivas é sustentada e fortalecida também por uma diversidade de fatores e conhecimentos que escapam, e algumas das vezes negam, a lógica mercantil. Para resistir como sitiante é necessário não apenas conhecer a dinâmica do mercado, dos preços dos produtos agrícolas e seus insumos (que influem nos custos e rendimentos da produção), mas também as peculiaridades regionais: o clima, o solo, o regime das águas, e a adaptação dos cultivos a esse arranjo particular de elementos naturais. Tais saberes são garantidos pela transmissão/construção de conhecimentos através das gerações. Por outro lado, a produção sitiante encontra limites na disponibilidade de mão de obra, no ciclo de

---

<sup>12</sup> Como fruto do debate que se desdobrou no momento da defesa da tese, nos veio a necessidade de discutir em que contextos as “estratégias de reprodução” podem ser compreendidas como “estratégias de resistência”. Pretendemos, durante os estudos de pós-doutorado, avançar na investigação empírica e na reflexão teórica sobre tal questão.

desenvolvimento das famílias ao longo do tempo e nas necessidades de consumo, ao mesmo tempo em que é determinada por tais fatores.

O pano de fundo que inspira a construção das estratégias produtivas é, decisivamente, a busca de maior autonomia. É preciso produzir segundo a capacidade de trabalho acumulada nos membros da família disponíveis e dispostos ao trabalho agrícola. É preciso evitar as situações de risco todo o tempo apresentadas pelas intempéries naturais e pelas oscilações do mercado. Nesse caminho, a diversificação produtiva e os cultivos de subsistência são importantes *proteções* contra a falência das estratégias de reprodução e, desse modo, contra a fome. Vimos como os cultivos de subsistência reduzem os custos de reprodução do grupo familiar e abastecem a mesa do sitiante. Mas materializam, ainda, a própria *condição sitiante*, sendo indissociável e definidora dela. Por fim, também reforçam importantes laços de reciprocidade, tanto no interior da comunidade rural como na relação entre ela e a população urbana circundante.

A diferenciação entre as duas áreas da MRG em comparação, por outro lado, nos ajuda a compreender porque as respostas à expansão da cana têm sido diversas em uma e outra. Vimos que, nos municípios de Jales, Urânia e Santa Salete, a persistência da pequena agricultura diversificada e baseada sobretudo na mão de obra familiar é explicada tanto pelos elementos elencados acima como por alguns outros processos que se desdobram de processos de identificação com o espaço e a atividade agrícola, sobre os quais trataremos mais adiante. Por outro lado, nos municípios mais próximos à Usina, como Mesópolis e Santa Albertina há um contexto que tem impellido os sítiantes ao arrendamento: o ciclo de desenvolvimento das famílias, fragmentado sobretudo em função da migração dos filhos para zonas e empregos urbanos; a situação de maior sujeição em relação aos agentes do mercado (como as indústrias de alimentos, já que a atividade produtiva predominante aí é a pecuária) e, assim, à mais intensa extração de excedentes; a maior proximidade em relação à Usina; os danos causados pela expansão dos cultivos de cana-de-açúcar às propriedades e à produção agropecuária dos sítios do entorno. Destacamos, por fim, que mesmo nessa área onde há maior exposição às investidas da Usina, encontramos expressões de resistência: entre sítiantes que negam arrendar suas propriedades; em outros que arrendam apenas uma parte dela, utilizando da renda recebida como uma forma de diversificar os ingressos e, algumas vezes, reinvestir no melhoramento de sua pequena produção agropecuária; até mesmo na negação à possibilidade de vender o sítio para os novos rentistas que têm sido atraídos pela chegada da Usina.

No tocante à organização da questão da mão-de-obra e da organização do trabalho no sítio, sabemos que, se a mão de obra familiar é seu baluarte, fenômenos como o envelhecimento da população, o aumento da escolarização das novas gerações, a busca por empregos urbanos, a abertura de novos mercados de trabalho assalariados locais com a chegada da Usina, a maior ocorrência de assalariamento dos homens sítiantes na Usina, a inserção mais tardia das crianças nas atividades agropecuárias desenvolvidas no sítio e outros fenômenos analisados na tese tencionam a reprodução do grupo, ameaçando sua existência. Com o mais frequente assalariamento dos homens, que agora encontram emprego também no mercado de trabalho local, as mulheres passam a ocupar papel importante na sucessão da posse da terra e na reprodução das atividades produtivas do sítio, sendo depositárias, assim, das últimas esperanças de continuidade do grupo. Entretanto, enquanto algumas destas mulheres encontram apoio de suas famílias para permanecer no campo, outras continuam marginalizadas nos processos sucessórios e decisórios, o que resulta no enfraquecimento das estratégias de resistência das famílias.

Mas o cenário que observamos no tocante à questão da mão de obra não reproduz com fidelidade as previsões mais pessimistas e fatalistas sobre o futuro da pequena agricultura no extremo noroeste paulista. Vimos que ademais dos problemas mencionados acima, a geração hoje responsável pela organização da produção é ainda bastante jovem e pode manter-se trabalhando com as atividades agropecuárias na propriedade da família (caso as demais condições não se alterem) por pelo mais duas décadas. Também há membros das famílias que, sem encontrar espaço de reprodução sob bases mínimas na cidade, tem retornado à atividade agropecuária. E jovens da quarta geração participam do trabalho produtivo do sítio e planejam ali manter-se, sobretudo em função dos altos rendimentos de algumas culturas (como a uva, a seringueira e a laranja). Filhos de sítiantes que vivem na cidade também expressam descontentamento pelas condições materiais e pela qualidade de vida nas cidades e planejam o retorno à propriedade da família quando do momento da partilha da herança. A partilha realizada com base, sobretudo, no “gosto” e na “vocaçãõ” dos filhos realiza uma seleção que beneficia os processos de resistência. E as “doações em vida” incentivam os filhos beneficiados pela herança a envolver-se com as atividades do sítio, e planejar os passos seguintes com mais segurança.

Quanto à organização do trabalho, vimos que a mulher é peça importante da divisão social do trabalho na pequena propriedade. Sua atividade, e também a dos idosos e adolescentes (que em seu conjunto representam as “forças marginais”), é indispensável em

diversas atividades agropecuárias destinadas à comercialização (como nas plantações de uva, na produção de leite e na indústria doméstica) e à subsistência, estas última sendo, ademais, as depositárias não apenas da reprodução econômica do sítio mas daquilo que define o “modo de vida sitiante”, como vimos no capítulo anterior. Com a mais recente agudização do problema da disponibilidade de mão de obra não-familiar, as formas de trabalho não-remuneradas, como a ajuda mútua e as trocas de trabalho, ganham importância entre as famílias sítiantes. E a manutenção dos sistemas de *parceria* e *moradia* abrem espaço para a *recampesinização* de famílias empobrecidas, já que tais sistemas continuam a figurar como etapas no caminho da aquisição da terra própria. Por fim, a busca de trabalho fora da propriedade (no mercado de trabalho local, em mercados de trabalhos nacionais e até mesmo no exterior, como o caso dos sítiantes decasséguis), ambigualmente, ao mesmo tempo em que ameaça a reprodução de alguns grupos, contribui para a fortalecimento das experiências de resistência de outros, possibilitando a diversificação dos rendimentos e a superação de ciclos de grave crise econômica.

Pudemos ampliar, de outro modo, a compreensão das razões pelas quais a cana-de-açúcar têm se expandido sobre os municípios de Mesópolis, Santa Albertina e outros municípios contíguos. Eles sofreram de um esvaziamento do campo mais intenso, apresentam uma média de número de moradores por sítio bastante inferior àquela área onde predomina a pequena agricultura diversificada, e a média de idade dos sítiantes aí é também superior a dos sítiantes daquela área. Compreendemos entretanto, que estes dados são apenas expressões de um processo que encontra explicação, antes, nos momentos da produção e da circulação.

Vimos, ao analisar os aspectos da circulação das mercadorias, a intensa dependência dos sítiantes do extremo noroeste paulista em relação ao mercado de produtos agrícolas e à atuação de intermediários e das indústrias de transformação. Neste momento são realizadas diversas formas de extração dos rendimentos dos sítiantes: por meio dos financiamentos à produção e à modernização do processo de trabalho, dos correntes aumentos nos custos dos meios de produção (insumos, fertilizantes, máquinas, etc.), do escoamento das mercadorias produzidas. Também as constantes oscilações nos preços dos produtos agrícolas, os limites impostos pelas indústrias de transformação à manutenção de culturas de subsistência, as dificuldades impostas a que o sitiante realize a comercialização diretamente ao consumidor e as mudanças estruturais realizadas nos sítios quando do arrendamento para a Usina expõe a reprodução deste grupo a maiores riscos.



Entretanto, apesar da intensa dependência, vimos que a relação com o mercado não é suficiente para definir o sitiante enquanto um tipo específico de camponês. Conscientes da exploração a que estão sujeitos e sempre suspeitosos em relação aos agentes do mercado (tema a que retomaremos mais adiante), em alguns episódios manifestaram-se contra seus abusos, e, cotidianamente, buscam formas de resguardar maior margem de autonomia. Encontram segurança nas redes de confiança estabelecida entre sitiantes, e entre eles e alguns mercadores. Diversificam as estratégias de circulação da produção a fim de evitar maiores riscos e buscam a forma de integração ao mercado que lhes reserve uma situação de menor subordinação. Os produtores de leite e de outros produtos de origem animal, como a carne (que são maioria na área de expansão da cana-de-açúcar) são os mais sujeitos ao mercado porque a comercialização direta lhe é restringida pela legislação sanitária. Aqueles sitiantes que trabalham com produtos de origem vegetal (como as frutas, legumes, verduras) encontram um rol mais amplo de possibilidades de escoamento da produção: podem escolher entre os diversos intermediários interessados em sua produção; entregá-la diretamente às distribuidoras ou entrepostos, eliminando o intermediário; utilizar-se do trabalho dos vendedores ambulantes; vender diretamente ao consumidor (nas feiras livres ou mesmo no próprio sítio); participar dos programas de aquisição de alimentos promovidos pelo Estado. Vimos, que, entre os sitiantes da região como um todo raros são aqueles que não realizam algum tipo de comércio face-a-face, e, nesse momento, encontram possibilidades de escapar das teias de sujeição ao mercado. Destacamos, também, o importante papel da mulher no comércio face-a-face.

A ação coletiva, que poderia minimizar ou reverter a situação de subordinação vivida pelos sitiantes, encontra limites em diversos fenômenos apontados pelos sitiantes: a falta de tempo livre que encontra explicação no acúmulo de trabalho, consequência da escassez de mão de obra e da migração de membros da família para a cidade; na penetração cada vez maior de atitudes individualistas que encontram legitimidade no liberalismo que “desgoverna” a economia; nas desconfianças de sitiantes em relação à estrutura administrativa das cooperativas, que reproduzem as hierarquias de comando de uma empresa capitalista; na lembrança traumática das cooperativas que faliram em função de dificuldades de diferentes ordens e que causaram grandes prejuízos às famílias sitiantes. Entretanto, apesar das declarações historicamente reconhecidas sobre a *passividade* do campesinato enquanto classe, observamos em diversos deles uma disposição bastante clara em relação à colaboração mútua e à disposição ao trabalho coletivo. E ademais da força

das lembranças traumáticas relacionadas às cooperativas, vimos como estas e as associações produtivas se fortaleceram na região desde a década de 1980, em consequência, entre outros fatores, do incentivo estatal.

As rendas agrícolas são, sobretudo para as famílias que vivem na área onde predomina a pequena agricultura diversificada e dinamizada à base do trabalho familiar, as mais elevadas e, por isso, as que cumprem papel central na reprodução do grupo. Para estas, a renda não-agrícola é tão somente complementar. Evidência da importância dos rendimentos agrícolas é o retorno de membros que viviam na cidade e a permanência de jovens agricultores nos sítios. De outro modo, as rendas não-agrícolas, embora contribuam para diminuir a pressão sobre as rendas agrícolas, na medida em que somam-se a estas para possibilitar a reprodução dos membros das famílias, não tem papel importante na reprodução da atividade agrícola, ou o tem esporadicamente. Entre as rendas não-agrícolas destaca-se a aposentadoria (64% dos sítios), sobretudo na área de recente expansão da cana, também o arrendamento (42% das propriedades), e o emprego urbano (38% das famílias), além de outras rendas que surgem em um ou outro dos sítios, como o aluguel de imóveis urbanos, o trabalho como intermediários, a renda advinda de artesanatos. Independentemente da origem das rendas (rurais ou urbanas) elas possibilitam a reprodução do grupo tão somente ao nível da reprodução simples. Há raros casos de ampliação da escala de produção. A diversificação dos rendimentos compõe o rol das estratégias de resistência dos sítios, ainda que ambígua, como, em geral se pode dizer de outras formas de resistência cotidiana.

Tomando as duas áreas em comparação neste estudo, observamos que aquela onde predomina a pequena agricultura dinamizada à base da mão de obra familiar e da diversificação produtiva é onde os sítios encontram maiores possibilidades de escolha na relação com o mercado, maior acesso às formas de comercialização diretas com o consumidor e possibilidades de maiores rendimentos, já que em geral cultivam produtos de maior valor no mercado (como as frutas de mesa e a borracha) porque sujeitos a uma cadeia menos densa de intermediários. Na área de expansão da cana-de-açúcar, onde predomina a produção do leite e do gado de corte, os sítios encontram-se numa situação de maior sujeição ao mercado, e mais empobrecidos, por serem vítimas de processos de extração de seus rendimentos ainda mais intensos. Nesse contexto, o arrendamento surge quase como a última tábua de salvação da pequena propriedade. E, através dos contratos de arrendamento, são mais uma vez extorquidos: por meio do estabelecimento de um ATR

fixo; pela conversão da unidade de medida no momento do pagamento do arrendamento; no cálculo da quantidade de toneladas afixadas nos contratos. E seguem correndo riscos inerentes ao funcionamento do mercado, por exemplo, em função da variação do preço da cana-de-açúcar, que altera também o valor do arrendamento.

## **2.2. Dos sentimentos: os processos de identificação e os sofrimentos como resistência**

Ademais das estratégias de ação práticas, destacadas no tópico acima, outros elementos de natureza subjetiva impulsionam a resistência dos sitiantes do extremo noroeste paulista em se manter vivendo no/do campo. São elementos como os processos de identificação, produto de uma relação construída através do tempo e do espaço, e os sentimentos que são decorrentes de tal processo. Destacaremos, aqui, desse modo, a força da resistência inscrita na história, a identidade local/regional/nacional partilhada pelos sitiantes, a identificação com a atividade agrícola e a dinâmica das comunidades rurais, e os sofrimentos que se erguem em função das mudanças mais recentemente vivenciadas com a expansão da cana-de-açúcar na região.

A história de ocupação do extremo noroeste paulista retomada na tese mencionada, reconstruída a partir de diversas fontes, trouxe uma revelação extremamente valiosa para a compreensão da trajetória deste grupo de sitiantes que ora estudamos. Tratamos de um grupo que esteve sempre resistindo, afrontado pelos projetos de acumulação de outras classes. Empobrecidos em seus países de origem e estimulados por agências de colonização, vieram em direção ao Novo Mundo em busca de melhorar as bases materiais de reprodução de sua vida, e, quem sabe, assim, sentir-se mais realizados (início do século XX). Ao passar pela condição de colonos, etapa intermediária necessária para alcançar a pequena propriedade, foram tratados como escravos e explorados por fazendeiros, agenciadores, mercadores (primeira metade do século XX). Nas “zonas novas” do Estado de São Paulo (neste caso, o extremo noroeste) seguiram perseguindo o sonho de liberdade, concretizado por muitos daqueles que compraram diminutas propriedades comercializadas pelas agências de colonização (1940-1950), contribuindo, ambigualmente, para os projetos de acumulação de um grupo de capitalistas cada vez mais versáteis, que acumulavam as lides de cafeicultores-grileiros-ferroviários-colonizadores. Seguiram-se anos de árduo

trabalho para quitar as dívidas adquiridas para a compra da propriedade, a instalação da família e o início das atividades agropecuárias e, nesse período, conheceram outro capataz (representado, algumas vezes, pelos mesmos antigos sujeitos): o mercado e seus agentes, aos quais passaram a uma subordinação indireta através da comercialização de seus produtos. Quitada a dívida com a aquisição da propriedade, aqueles que agora podemos chamar de sitiantes viram ser questionada a legitimidade da posse de suas terras, numa peleja entre grileiros (1960), contenda que, para alguns, se arrasta até os dias de hoje. Nessa trajetória, marcada pela busca de um espaço de reprodução da família e contra os processos de sujeição, foi-se fortalecendo uma relação de extrema identificação com aquele espaço, compreendido como “patrimônio familiar”.

A força dos processos de identificação construídos através da história são evidenciados também nas técnicas e escolhas produtivas. Elas não são estabelecidas levando em conta apenas aspectos objetivos, produzidos por uma lógica racional, que leva em conta questões como a relação custo/benefício, a disponibilidade de mão de obra e de terras. Muitas vezes pode ser explicada pela questão do *hobby* ou do gosto do agricultor (PLOEG, 2008, p. 45). A “paixão”, o “costume”, “o gosto”, “o apego”, a “vocação”, a “lembrança” são erguidos em diversos dos discursos de sitiantes para explicar as razões pelas quais mantém determinados cultivos, alguns dos quais nem mesmo são apontados entre os que proporcionam maior rentabilidade na região, dão prejuízo ou é como “trocar cebola”, expressão proferida por Lúcia Ruza que, traduzida para o contexto da produção agrícola, significa que os rendimentos obtidos com a venda do produto são suficientes apenas para cobrir seus custos, sem proporcionar um lucro líquido

Observamos, ademais, que a escolha por determinada atividade econômica se relaciona com a necessidade de preservar “certa margem de lazer”. É assim que José Antônio Morandim explica porque escolhe produtos de ciclo curto, como o maracujá: “Maracujá, chuchu, essas coisas é serviço pesado, em compensação é uma coisa que não te prende. Uva é uma coisa que fica preso.” A observação de José nos remete à outra das lógicas estruturadoras da vida do sitiante paulista, também chamado de caipira: a “margem de lazer” tornada possível numa cultura assentada em bases mínimas. Antônio Candido (1971, p. 84) explica, assim, a origem do estereótipo construído pelo homem da cidade em relação ao homem do campo como preguiçoso, insolente, e pouco afeito ao trabalho.

Também a manutenção dos cultivos de subsistência, se não exerce a importância econômica de outrora (e que continua exercendo para outras regiões agrícolas do país),

carrega, para estes sitiantes, o sentido de “tradição”, de “costume”, e é alimentado também pelos processos de identificação. Ademais, a subsistência se mantém como uma característica definidora daquilo que se entende por “sítio”. Quando questiono Carlos Morandim sobre a manutenção de uma produção para a subsistência na propriedade de seu pai, no município de Jales, ele me explica: “Se você chegar numa propriedade dessa e não tiver vaca de leite, galinha, porco, não é sítio”. Ana Barbieri, sitiante que se dedica exclusivamente à criação de gado leiteiro no município de Mesópolis, no mesmo caminho afirma que “pra morar no sítio e não ter uma carne é melhor mudar para a cidade”. Gonçalo Machado um dos poucos sitiantes que segue plantando milho exclusivamente para subsistência, explica porque o faz: “Você tem gosto de ver a planta crescer. Comer milho verde assado, cozido, curau... A gente que tem ainda essa tradição, a gente gosta.” Também Olímpia Candinho nos explica que, à revelia das limitações impostas pela Nestlé quanto à manutenção de outras criações nas proximidades do pasto, cria algumas galinhas no terreiro ao redor de sua casa no sítio “só pra não esquecer” delas.

FALTAM CERCA DE 2 PÁGINAS PARA CONCLUIR.

### **2.3. Dos discursos: reflexividade e crítica a partir dos valores morais**

FALTAM 4 PÁGINAS PARA CONCLUIR.

#### **Bibliografia**

- ALMEIDA, J. (1998). Da ideologia do progresso à ideia do desenvolvimento (rural) sustentável. Em J. ALMEIDA, & Z. NAVARRO, *Reconstruindo a agricultura. Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade.
- ARÁOZ, H. M. (abril de 2013). Orden neocolonial, extractivismo y ecología política de las emociones. *Revista Brasileira de Sociologia das Emoções*, 12(34).
- BLIC, D. d. (2000). La sociologie politique et morale. *Raison politiques*(3), Disponível em: <http://lodel.ehess.fr/gspm/docannexe.php?id=1117>. Acessado em: 01/03/2013.
- BOAS, F. (1975). *Etnografia Kwakiutl*. Chicago: Universidade de Chicago.
- BOLTANSKI, L. (1993). *La Souffrance à Distance. Morale humanitaire, médias et politique*. Paris: Éditions Métailié.
- BOLTANSKI, L., & CHIAPELLO, È. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.

- BOLTANSKI, L., & Thévenot, L. (1991). *De la Justification. Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard.
- BOSI, E. (1987). *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Edusp.
- CANDIDO, A. (1971). *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- CARNEIRO, M. J., & MALUF, R. S. (fevereiro de 2005). Multifuncionalidade da agricultura familiar. *Cadernos do CEAM, ano V(17)*, 43-58.
- CHAYANOV, A. v. (1974). *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires.
- CORREA, D. S. (setembro/dezembro de 2010). De Luc Boltanski "De la critique: Précis de Sociologie d'émancipation". *Revista Sociedade e Estado*, 25(3), 589-600.
- DUARTE, L. F. (1996). Distanciamento, reflexividade e interiorização da pessoa no ocidente. *MANA*, 2(2), 163-176.
- DURKHEIM, E. (1979a). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril Cultural.
- DURKHEIM, E. (1979b). *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Abril Cultural.
- DURKHEIM, E. (2006). *Ética e Sociologia da Moral*. São Paulo: Editora Landy.
- ELIAS, N. (1994a). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELIAS, N. (1994b). *O processo civilizador. Volume II*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELIAS, N. (1994c). *O Processo Civilizador: uma história dos costumes. Volume I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELIAS, N. (2001). *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELIAS, N. (2005). *A peregrinação de Watteau à ilha do amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- HOBBSBAWM, E. J., & RANGER, T. (2012). *A invenção das tradições*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- KOURY, M. G. (2012). *Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na Zona da Mata de Pernambuco, 1950-1974*. Rio de Janeiro: Garamond.
- LAFAYETE, C., & THÉVENOT, L. (1993). Une justification écologique ? Conflits dans l'aménagement de la nature. *Revue française de sociologie*, 4(34), 495-524.
- MALINOWSKI, B. (1976). *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural.
- MARTINS, J. d. (1973). *A imigração e a crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira.
- MARTINS, J. d. (1981). *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Rio de Janeiro: Petrópolis.
- MARX, K. (2007). Debates acerca da lei sobre o furto de madeira (1842). *Gazeta Renana(298)*, Tradução de Emil Asturig von München. Disponível em: [http://www.scientific-socialism.de/KMFEDireitoCAP7Port.htm#\\_ftn1](http://www.scientific-socialism.de/KMFEDireitoCAP7Port.htm#_ftn1). Acessado em: 10/10/2012.
- MAUSS, M. (1974). *Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. São Paulo: EDUSP.
- MENDRAS, H. (1978). *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MENEZES, M. A. (jan-jun de 2002). O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. *Revista Raízes*, 21(01).

- MENEZES, M., & MALAGODI, E. (2011). Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. Em S. SCHNEIDER, & M. GAZOLLA, *Os atores do desenvolvimento rural* (pp. 49-66). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- MORAES SILVA, M. A., MELO, B. M., & MORAES, L. A. (2012). Mulheres caipiras. Dois olhares sobre o mundo rural paulista. *Revista Caravelle, 1*, 77-106.
- MOREIRA, R. J. (1999). Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. Em L. F. COSTA, R. J. MOREIRA, R. BRUNO, & A. C. CASTRO, *Mundo rural e tempo presente* (pp. 239-265). Rio de Janeiro: Mauad.
- MULLER, N. L. (1951). Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo. *Boletim 132. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*.
- NEVES, D. P. (1985). Diferenciação sócio-econômica do campesinato. *Revistas Ciências Hoje*.
- PLOEG, J. D. (2008). *Camponeses e impérios alimentares: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- POLANYI, K. (2000). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- PONTES, B. M. (jul./dez. de 2005). A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. *Revista NERA, 8*(7).
- QUEIROZ, M. I. (1973a). *Bairros rurais paulistas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- QUEIROZ, M. I. (1973b). *O campesinato brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- SCOTT, J. C. (1976). *Moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in southeast asia*. New Haven and London: Yale University Press.
- SCOTT, J. C. (jan-jun de 2002). Formas cotidianas de resistência camponesa. *Revista Raízes, 21*(01).
- SCOTT, J. C. (2004). *Los dominados y el arte de la resistencia*. México DF: Ediciones Era.
- SENNETT, R. (1972). *The hidden injuries of class*. New York: Vintage Books.
- SHANIN, T. (jul./dez. de 2005). A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista NERA, 8*(7).
- THOMPSON, E. P. (1978). *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- THOMPSON, E. P. (1987). *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- THOMPSON, E. P. (1998). *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras.
- THOMPSON, P. (1992). *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra.
- WANDERLEY, M. d. (2009). *O mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- WANDERLEY, M. d. (outubro de 1996). Raízes históricas do campesinato brasileiro. *XX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, MG.
- WEBER, M. (2002). *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: LTC.
- WEBER, M. (2004). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- WILLIAMS, R. (2009). *Marxismo y literatura*. Buenos Aires: Las Cuarenta.

- WOLF, E. (1976). *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- WOORTMAN, K. (1990). "Com parente não se neguceia". *Anuário Antropológico*(87).
- WOORTMANN, E. (1995). *Herdeiros, parentes e compadres*. Rio de Janeiro: Hucitec/EdUNB.
- WOORTMANN, E. (2001). *O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.